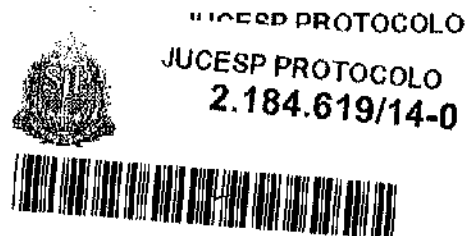


**SINGULAR
ALTERAÇÃO**

**1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA
CNPJ/MF Nº 19.902.012/0001-30
NIRE Nº 35.228.269.678**



Pelo presente instrumento particular de alteração e na melhor forma de direito as partes abaixo qualificadas:

I. Adriana Offidani, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº. 148.593, inscrita no CPF/MF sob o nº. 185.076.888-96, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23.144.771-1 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Nunes Garcia, nº. 101, Apto 81, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02402-010;

II. Marcelo Tomaspolsky, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 163.004.378-84, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12.940.717-3 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Caraíbas, nº. 400 - apto. 21 - Perdizes, São Paulo/SP – CEP: 05020-000.

Na qualidade de sócios quotistas representando conjuntamente a totalidade do capital social **COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com sede na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 13º Andar, Conjunto 134, Sala 01, Bairro Consolação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.902.012/0001-30, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE nº 35.228.269.678, doravante denominada "Sociedade", têm entre si deliberado, por unanimidade:

I – Resolvem alterar o endereço residencial do sócio **MARCELO TOMASPOLSKY**, o qual passa ser estabelecido na Rua Dos Caetés, 239, Apartamento 81, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05016-080;

II – Ato contínuo alteram o endereço da Sede, o qual passará a ser na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, Conjunto 124, Sala 01, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01228-200;

III – Por fim, resolvem abrir uma filial com sede na Rua Da Consolação, 1.681, Conjunto 83, Sala 01, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01301-100;

IV – Desta forma, altera-se a **Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**, passando a constar com a seguinte redação:

**Cláusula 1ª
DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A Sociedade girará sob a denominação social de **COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** e terá sua sede, foro e administração na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com

sede na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, Conjunto 124, Sala 01, Bairro Consolação, CEP: 01228-200, e filial localizada no seguinte endereço:

- a) Rua Da Consolação, 1.681, Conjunto 83, Sala 01, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01301-100;

Parágrafo Primeiro – A Sociedade mediante deliberação de sócios representando a maioria do capital social, poderá abrir, transferir ou encerrar filiais, agências escritórios em qualquer parte do país.

V – Em decorrência das resoluções acima e para evitar a fragmentação do Contrato Social em mais de um documento, os sócios resolvem, por unanimidade, consolida-lo inteiramente, o qual passa a vigorar da seguinte forma:

**1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA
CNPJ/MF Nº 19.902.012/0001-30
NIRE Nº 35.228.269.678**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

I. Adriana Offidani, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº. 148.593, inscrita no CPF/MF sob o nº. 185.076.888-96, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23.144.771-1 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Nunes Garcia, nº. 101, Apto 81, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02402-010;

II. Marcelo Tomaspolsky, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 163.004.378-84, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12.940.717-3 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Dos Caetés, 239, Apartamento 81, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05016-080.

**Cláusula 1ª
DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A Sociedade girará sob a denominação social de **COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** e terá sua sede, foro e administração na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com sede na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, Conjunto 124, Sala 01, Bairro Consolação, CEP: 01228-200, e filial localizada no seguinte endereço:

- a) Rua Da Consolação, 1.681, Conjunto 83, Sala 01, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01301-100;

Parágrafo Primeiro – A Sociedade mediante deliberação de sócios representando a maioria do capital social, poderá abrir, transferir ou encerrar filiais, agências escritórios em qualquer parte do país.

Cláusula 2ª

DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade tem duração por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 28 de Janeiro de 2.014.

Cláusula 3ª

DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) Comércio, importação e exportação de sistemas de computação e de telecomunicações em geral;
- (ii) Distribuição de programas de computador ("software");
- (iii) Desenvolvimento e produção de programa de computador ("software");
- (iv) Assessoria e consultoria em geral;
- (v) Ministras treinamentos; e
- (vi) A participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista;
- (vii) Locação de Equipamentos e Infra Estrutura;
- (viii) Comércio Varejista de Artigos Usados.

Cláusula 4ª

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta reais)**, dividido em **150.000 (cento e cinquenta mil)** quotas com valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente subscritas e a ser integralizado em moeda corrente a partir de 28/01/2014 até 31/12/2017, e assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor em R\$
ADRIANA OFFIDANI	64.500	43%	64.500,00
MARCELO TOMASPOLSKY	85.500	57%	85.500,00
Total	150.000	100%	150.000,00

Parágrafo 1º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

Parágrafo 3º - Exceto se de outra forma for exigido por lei ou disposto neste Contrato Social, as deliberações dos sócios serão tomadas por sócio (s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo 4º– As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas por qualquer sócio sem a prévia e expressa anuência, por escrito, de sócio (s) representando a maioria do capital social. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a Sociedade.

Cláusula 5ª

ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A administração da Sociedade será gerida pelos sócios administradores, sempre em conjunto de dois, pelos sócios **ADRIANA OFFIDANI E MARCELO TOMASPOLSKY**, designados, administradores.

Parágrafo 1º – O administrador será responsável pela representação da Sociedade, em juízo e fora dele, assim como pela administração geral de seus negócios e o desempenho de todas as medidas administrativas necessárias ou recomendáveis ao cumprimento do objeto social.

Parágrafo 2º – A validade dos atos abaixo mencionados requer a aprovação prévia e expressa, por escrito, de sócio (s) representando a maioria do capital social do capital social.

- (a) aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e empreendimentos;
- (b) alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis da sociedade;
- (c) aquisição de bens móveis ou imóveis;
- (d) concessão e obtenção de empréstimos;
- (e) Pedido de recuperação judicial, homologação de recuperação extrajudicial ou início dos contatos com os credores para ingresso do pedido de recuperação judicial ou para estruturação da recuperação extrajudicial, nos termos da Lei 11.101, de 09/02/2005.

Parágrafo 3º – A Sociedade poderá constituir procuradores para representá-la em atos específicos a serem indicados no respectivo instrumento de mandato, que terá vigência por prazo indeterminado, inclusive as procurações com poderes *ad judícia*.

Parágrafo 4º – O administrador é expressamente proibido de praticar qualquer ato ou obrigações referentes aos negócios e transações sem relação com o objeto social da Sociedade. Qualquer ato ou obrigação assumida em violação a este Contrato Social e/ou a qualquer deliberação dos sócios será considerada nula.



Cláusula 6ª
REUNIAO DOS SÓCIOS

As deliberações sociais serão tomadas em Reuniões dos Sócios, de acordo com os termos e condições prescritos na Lei aplicável, pelo voto do sócio ou sócios que representarem pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo se de outra forma previsto em Lei, no presente Contrato Social ou em eventuais acordos de quotistas arquivados na sede da Sociedade.

Parágrafo 1º - As Reuniões dos Sócios serão convocadas pelo Administrador e, nos casos previstos em lei, pelos sócios, através de carta registrada, fax ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os sócios, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias. Considerar-se-á dispensada a convocação quando todos os sócios comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e Ordem do Dia.

Parágrafo 2º - Um sócio poderá fazer-se representar nas Reuniões dos Sócios por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de procuração, com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo 3º - Será realizada uma Reunião de Sócios anual, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, a fim de:

- (i) aprovar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial da Sociedade e seus resultados financeiros;
- (ii) eleger os Diretores, quando necessário, quando for o caso; e
- (iii) deliberar qualquer outra matéria constante da ordem do dia.

Cláusula 7ª
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios. O lucro então verificado terá a destinação determinada por sócio (s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo Único – A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação de sócios representando a maioria do capital social, ser distribuídos aos sócios.

Cláusula 8ª

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

A transferência ou a alienação, no todo ou em parte, de quotas do capital social entre os sócios dependerá do consentimento prévio e expresso, por escrito, de sócio(s) representando a maioria do capital social, com exceção da transferência de quotas para liquidação de dívidas entre sócios, que poderá ser feita livremente.

Parágrafo 1º – A transferência ou a alienação, no todo ou em parte, de quotas do capital social para terceiros, dependerá do consentimento prévio e expresso, por escrito, dos demais sócios, que terão direito de preferência para sua aquisição.

Cláusula 9ª

LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

A Sociedade não se dissolverá pela dissolução, falência ou liquidação de qualquer sócio pessoa jurídica, nem de morte ou insolvência de qualquer sócio pessoa física, mas continuará com o sócio remanescente, o qual adquirirá as quotas detidas pelo sócio dissolvido, liquidado, falecido, ou falido, conforme o caso, pelo respectivo valor nominal das quotas.

Parágrafo 1º – As quotas dos herdeiros do cônjuge de sócio ou cônjuge que se separou judicialmente ou se divorciou serão adquiridas pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social, pelo valor nominal das referidas quotas.

Parágrafo 2º – A Sociedade será liquidada nos casos previstos em Lei, e os sócios estabelecerão a forma de liquidação e indicarão o liquidante.

Cláusula 10ª

EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social, tomada em reunião especialmente convocada para esse fim, o sócio que cometer falta grave poderá ser excluído da sociedade, por justa causa. Entender-se-á por falta grave qualquer atitude que venha a atrapalhar o bom andamento dos negócios sociais. O sócio que cometer falta grave deverá ser notificado com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias da data da realização da reunião, para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

N

Ø

Parágrafo Único - Uma vez aprovada a exclusão do sócio que cometer falta grave, suas quotas serão adquiridas pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social, pelo valor nominal das referidas quotas.

Cláusula 11ª

FORO

A Sociedade será regulada pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. O fórum da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fica aqui eleito como o único competente para dirimir quaisquer disputas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, por mais privilegiado que qualquer outro seja.

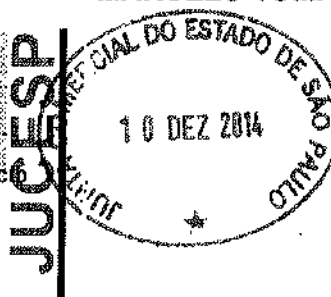
Parágrafo Único - O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei estadual, de exercer atividades mercantis, nem foi condenado ou está sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.


São Paulo, 30 de julho de 2014.

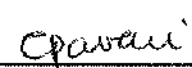

ADRIANA OFFIDANI


MARCELO TOMASPOLSKY



Testemunhas:

1. 
Nome:
RG:
CPF/MF:

2. 
Nome:
RG:
CPF/MF: Carla Prado de A.
CPF: 293.429.71.



JUCESP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP

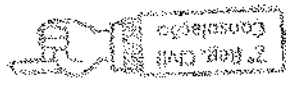
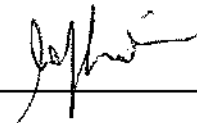


DECLARAÇÃO

Eu, ADRIANA OFFIDANI, portador da Cédula de Identidade nº 231447711, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 185.076.888-96, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Angélica, 2330 , 2346/2364 - 12 Andar - Conjunto 124 - Sala 01 , Consolação, São Paulo, São Paulo, CEP 01228-200, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.



ADRIANA OFFIDANI

RG: 231447711

COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP



DECLARAÇÃO

Eu, ADRIANA OFFIDANI, portador da Cédula de Identidade nº 231447711, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 185.076.888-96, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua da Consolação, 1681, Conjunto 83, Sala 01, Consolação, São Paulo, São Paulo, CEP 01301-100, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.



ADRIANA OFFIDANI

RG: 231447711

COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA